



REGIMENTO INTERNO

Departamento
de Educação
Especial



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS (151750)

ESCOLA SEDE: Escola Básica de Briteiros – 340443

Briteiros, S. Salvador - Guimarães

Índice

1 - Definição

2 - Natureza e âmbito

3- Competências específicas

4 - Funcionamento: regras específicas do departamento

convocatória,

duração das reuniões,

modalidade de reunião (online/presencial),

secretariado das reuniões.

- Arquivo de documentos.

2024
2025

Artigo 1.º

Definição

O departamento de educação especial é um grupo de professores especializados que, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 54 de 6 de julho de 2018 visa a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades de todos e de cada um dos alunos.

Artigo 2.º

Natureza e âmbito

Nesta nova legislação decreto-lei n.º 54 de 6 de julho de 2018 são definidas bases metodológicas que dizem respeito a TODOS os alunos que lhes permite a TODOS o acesso ao currículo através de um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais, definidas a partir dos resultados que sustentam a tomada de decisão relativa aos apoios, suportes a mobilizar em determinados momentos e para cada um dos alunos.

Salienta-se ainda que é imprescindível o envolvimento de toda a comunidade educativa (restrita e alargada) para o sucesso de TODOS e de cada UM dos alunos, no sentido de urdir uma nova visão e cultura de Escola para alimentar uma linha de atuação cooperativa com consequências para todos (UNESCO, 2017).

Tendo em mente este fio condutor, atribui-se ao padrão pedagógico, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) uma importância maior em todo este processo independentemente do nível da pirâmide em que se situem as medidas que os alunos venham a necessitar.

O DUA valoriza o envolvimento e a participação efetiva dos alunos, oferecendo um elevado grau de flexibilidade, de interação de conteúdos e de opções para os professores adequarem as suas práticas em sala de aula às contingências da escola do século XXI.

A transformação do currículo num instrumento acessível e inclusivo para TODOS os alunos é o desafio emergente e o foco principal da nova lei, que estipula no seu Preâmbulo “a importância de cada escola conhecer as barreiras que cada aluno possa ter no acesso ao currículo e às aprendizagens, de modo que seja possível eliminá-las e levar todos e cada um dos alunos ao limite das suas potencialidades” (DGE, 2017).

O DUA afigura-se como um modelo facilitador de práticas pedagógicas diversificadas, flexíveis, motivadoras e inclusivas, permitindo a cada indivíduo, independentemente da sua diversidade, a acessibilidade à aprendizagem e ao conhecimento através da redução e da eliminação das barreiras, sendo este, um elemento-chave para a planificação de prática personalizada, significativas e adequadas, indo de encontro ao estilo de aprendizagem e de processamento da informação de cada aluno. O DUA pretende garantir a cada UM e a TODOS o acesso ao currículo e por consequência à aprendizagem e ao sucesso educativo, através de abordagens flexíveis, personalizadas e adequadas às necessidades individuais.

Permite definir objetivos educativos e problematizar estratégias, materiais e formas de avaliação pertinentes para todos os alunos.

O DUA orienta o desenvolvimento de currículos diferenciados e flexíveis, utilizando três princípios:

Princípio 1: Para apoiar a aprendizagem de reconhecimento, forneça métodos múltiplos e flexíveis de apresentação;

Princípio 2: Para apoiar a aprendizagem estratégica, forneça métodos múltiplos e flexíveis de ação e expressão;

Princípio 3: Para apoiar a aprendizagem afetiva, forneça opções múltiplas e flexíveis para o envolvimento.

O DUA e abordagem multinível implica, assim, um conjunto de condições que garantam a sua efetiva concretização:

A consolidação de uma visão e responsabilidade coletiva;

A existência de uma liderança orientada pelos princípios da educação inclusiva: Educabilidade Universal; Diversidade; Equidade; Personalização; Flexibilidade; Autodeterminação; Envolvimento Parental e Interferência mínima;

Intervenção preventiva e atempada;

Enfoque na avaliação para a aprendizagem e não só da aprendizagem;

Programar reuniões regulares;

Determinar mecanismos de avaliação e de monitorização; estabelecer parcerias;

A concretização de oportunidades diversificadas de desenvolvimento profissional docente.

Artigo 3.º

Competências

O docente de educação especial constitui-se como parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e acompanhamento da diversificação curricular;

É um Recurso humano específico de apoio à aprendizagem e à inclusão;

Integra a **equipa multidisciplinar de apoio** à educação inclusiva;

Nas medidas adicionais de suporte à aprendizagem que requerem a intervenção de recursos especializados, deve convocar-se a intervenção do docente de educação especial enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem, implementadas preferencialmente em contexto de sala de aula.

- Colaborar na **criação de oportunidades** que valorizem a participação de todos os alunos na sala de aula, por exemplo, através do planeamento das aulas; da criação de grupos de trabalho de alunos com um objetivo em mente; do estímulo à participação;
 - **Ser um exemplo** para os **docentes** do aluno;
 - **Conhecer práticas inclusivas** (ex.: planeamento das aulas, práticas de avaliação) que permitam uma devida colaboração com o docente da disciplina;
 - **Intervir de forma específica de acordo com a problemática do aluno**, partilhar o ensino com o docente da turma, ensinar pequenos grupos heterogéneos de alunos ou um ensino individual;
 - Desempenhar, sempre que necessário, um **papel no planeamento curricular ou educacional**, na definição das acomodações e na tomada de decisão com os docentes da turma ou outros serviços, adaptando ou modificando o currículo e o ensino facilitando a participação de todos em ambientes de aprendizagem regulares/comuns;
 - **Orientar o docente da turma para a prática de um ensino diferenciado**, para um desenho universal para a aprendizagem, para uma intervenção multinível;
 - **Apoiar os docentes de turma no trabalho de coadjuvação**, nomeadamente, através do conhecimento das características dos alunos, dos programas educativos, dos apoios necessários;
 - **Cocriar oportunidades** e ser um exemplo que permita aos alunos apreciar a diversidade na sala de aula, na escola, na comunidade;
 - Ser um **elemento fundamental no apoio à transição para a vida pós-escolar**;
 - **Desenvolver conhecimento ao nível de uma intervenção especializada e personalizada** que potencie o envolvimento e o sucesso do aluno;
 - **Promover comportamentos positivos** nos alunos;
 - **Participar com a direção da escola na orientação** da intervenção dos vários profissionais que atuam junto do aluno.
- a) Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas, adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;
- b) Promover a existência de condições nas escolas para a inclusão das crianças e jovens com dificuldades de acesso ao currículo.

- c) Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo;
- d) Articular as respostas a necessidades educativas com recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não governamentais;
- e) Dar parecer sobre a formação das turmas com alunos com necessidades educativas especiais (NEE);
- f) Dar particular atenção, através do professor titular/diretor de turma, aos alunos matriculados pela 1ª vez, para se identificar as crianças em risco e intervir o mais precocemente possível.
- g) Analisar e determinar, de acordo com a legislação, quais os alunos que necessitam de apoio educativo, devendo o resultado desse estudo ser comunicado à equipa multidisciplinar para, em conjunto, se proceder à rentabilização dos recursos humanos existentes na escola;
- j) Colaborar na elaboração do plano anual de atividades;
- k) Contactar, regularmente, com os pais e encarregados de educação dos alunos
- l) Cooperar, sempre que possível, com os serviços de psicologia e orientação do agrupamento no encaminhamento de casos e na despistagem de novas situações;
- m) Avaliar as crianças e os alunos referenciados e colaborar na elaboração dos respetivos relatórios técnico-pedagógicos;
- n) Desenvolver, dinamizar e operacionalizar o apoio aos alunos, nas áreas especializadas;
- o) Fomentar o envolvimento das famílias na construção e desenvolvimento dos programas educativos individuais;

- p) Prestar apoio específico/individualizado, em contexto inclusivo, de acordo com a problemática do aluno através do(a):
- i) Desenvolvimento de competências académicas funcionais;
 - ii) Desenvolvimento de competências sociais;
 - iii) Dinamização e apoio direto/indireto aos alunos com a aplicação de medidas educativas.
- q) Participar na atualização do projeto educativo, do projeto curricular e do regulamento interno;
- r) Propor a aquisição de material necessário para a contextualização de conteúdos programáticos dos alunos
- s) Elaborar o regimento de funcionamento do departamento, adaptando o disposto no Código do Procedimento Administrativo sobre os órgãos colegiais.

Artigo 4.º

Competências do Coordenador do Departamento de Educação Especial

1. Sem prejuízo de todas as competências expressas nos diferentes diplomas legais em vigor ou a vigorar, compete ao coordenador do departamento de educação especial:
- a) Colaborar com os órgãos de gestão e coordenação pedagógica;
 - b) Representar, em Conselho Pedagógico, o parecer maioritário do departamento;
 - c) Informar os membros do departamento das matérias tratadas no Conselho Pedagógico;
 - d) Convocar e presidir às reuniões do departamento;

- e) Proceder à organização do dossiê, do qual devem constar: horários dos docentes, convocatórias das reuniões com as respetivas ordens de trabalho, planos anuais de atividades do departamento disciplinar e do agrupamento, base de dados da educação especial com os alunos atendidos por estabelecimento educativo e docente de educação especial (idades, sexo, principal problema identificado e tipo de apoio prestado), legislação específica da educação especial e relatório crítico anual individual dos elementos do departamento
- f) Refletir e procurar com os membros do departamento uma uniformização de competências, métodos, recursos e critérios de avaliação;
- g) Promover a troca de experiências e a cooperação entre os elementos que compõem o departamento de educação especial;
- h) Participar e colaborar, sempre que se justifique na reformulação/elaboração de documentos que contribuam para a melhoria do trabalho do departamento;
- i) Promover a qualidade educativa auxiliando todos os membros do departamento e, em especial, os professores com menos experiência;
- j) Assegurar e promover a articulação entre o departamento de educação especial e os departamentos curriculares e outras estruturas de orientação educativa ou serviços do agrupamento ou da comunidade, nomeadamente na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica e de estratégias de diferenciação pedagógica;
- k) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia do agrupamento;
- l) Propor ao Conselho Pedagógico a adoção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS (151750)
ESCOLA SEDE: Escola Básica de Briteiros – 340443
Briteiros, S. Salvador - Guimarães

Artigo.º 5

Funcionamento: regras específicas do departamento

Composição

O departamento de educação especial é composto pelos docentes do grupo de recrutamento 910, ou de qualquer outro que venha a existir no agrupamento.

Artigo 6.º

Distribuição de serviço

A distribuição de serviço será feita de acordo com as seguintes prioridades:

- 1.º Continuidade pedagógica,
- 2.º tempo de serviço na educação especial,

Artigo 7.º

Coordenação

A coordenação do departamento de educação especial é assegurada por um docente de educação especial, eleita pelos elementos do departamento de entre os docentes propostos pelo diretor. Foi eleita a docente Maria de Lurdes Gomes da Costa

Artigo 8.º

Substituição da Coordenadora

Na ausência da coordenadora numa reunião, esta será substituída pela docente Manuela Ribeiro.

Artigo 9.º

Funcionamento

O departamento de educação especial reúne após a reunião do Conselho Pedagógico e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo coordenador do departamento, por sua iniciativa ou sempre que haja um pedido de parecer do Conselho Pedagógico ou do diretor.

Artigo 10.º

Reuniões

O departamento reúne ordinariamente às quartas-feiras, pelas 15.30 na escola sede do agrupamento na semana seguinte ao pedagógico e, extraordinariamente, sempre que convocada pela coordenadora. As reuniões podem ser presenciais ou online.

As convocatórias para as reuniões ordinárias e extraordinárias serão divulgadas no mínimo com quarenta e oito horas de antecedência.

Artigo 11.º

Ata das Reuniões

De todas as reuniões serão lavradas a respetiva ata. As atas serão aprovadas por todos os docentes no início da reunião seguinte, sendo assinada pela coordenadora e secretária, este em regime de rotatividade, por ordem alfabética. Na última reunião a ata será aprovada em minuta.

As atas obedecem a um modelo-tipo, escrituradas em folhas brancas tipo A4, sendo numeradas e introduzidas na plataforma inovar.



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS (151750)

ESCOLA SEDE: Escola Básica de Briteiros – 340443

Briteiros, S. Salvador - Guimarães

Artigo 12.º

Quórum

Caso os docentes do departamento presentes numa reunião sejam inferiores a metade, a mesma reunião passará para o mesmo horário na quarta-feira subsequente.

A ausência a qualquer reunião equivale a uma falta de dois tempos letivos.

Disposições Finais

Todos os aspetos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos com base nos princípios dos órgãos colegiais expressos no Código do Procedimento Administrativo.

A Coordenadora do departamento de educação especial

(Lurdes Costa)